

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ATA DA SESSÃO SOLENE DE POSSE DE OUVIDOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três (23.10.2023), às quatorze horas (14h), no Plenário Sônia Maria Araújo Pinheiro, reuniu-se o Colégio de Procuradores de Justiça (CPJ) para a Sessão Solene de Posse de Ouvidor do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), sob a presidência do Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça. Compuseram a mesa de honra os integrantes do Colegiado e o Promotor de Justiça Pedro Evandro de Vicente Rufato, Presidente da Associação Tocantinense do Ministério Público (ATMP). De início, todos se puseram em posição de respeito para a execução do Hino Nacional brasileiro. Após, a Secretária, Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, fez a leitura do **Termo de Posse do Procurador de Justiça Marcos Luciano Bignotti no cargo de Ouvidor do MPTO**, reeleito por este Colegiado para mandato de 2 (dois) anos, nos termos do art. 53-B da Lei Complementar Estadual n. 51/2008. Colhidas as assinaturas, o Ouvidor foi declarado empossado pelo Presidente. Na sequência, passou-se aos pronunciamentos e discursos das autoridades presentes à mesa de honra, pela ordem e nos termos ora resumidos: 1) **Dr. Marcos Luciano Bignotti**, Ouvidor empossado: (i) por ocasião da Correição Ordinária de Fomento à Resolutividade no MPTO, a Corregedoria Nacional do Ministério Público pôde avaliar os projetos resolutivos da Instituição; (ii) na sessão extraordinária deste Colegiado para a apresentação da Proposta de Lei Orçamentária Anual 2024 e do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 verificou-se que o *Parquet*, não obstante o orçamento enxuto, investe em suas iniciativas resolutivas; (iii) é perceptível a busca por um novo Ministério Público, que possa atender às demandas sociais com mais eficácia, e quem de fato deverá avaliar a efetividade dos projetos é a população, pois as iniciativas são criadas internamente visando proporcionar melhorias em âmbito coletivo; (iv) o Ministério Público sempre teve por objetivo atender aos anseios sociais e apresentar soluções que independam do Poder Judiciário e é neste contexto que se insere a Ouvidoria; (v) incumbe ao órgão receber as críticas e sugestões na Instituição e, a partir de então, promover o encaminhamento aos setores responsáveis e até mesmo apresentar propostas à Administração; (vi) em seu primeiro biênio à frente da Ouvidoria, com o apoio da Procuradoria-Geral de Justiça, priorizou-se a ampliação dos canais de acesso do cidadão ao MPTO; (vii) já no segundo mandato a busca será no sentido de sensibilizar a sociedade para que passe a avaliar a efetiva resolutividade dos projetos ministeriais; e (viii) agradeceu a Deus pela oportunidade, bem como à Dra. Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Diretora-Geral do Centro

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – Escola Superior do Ministério Público, ao Dr. Luciano Cesar Casaroti, Procurador-Geral de Justiça, à Dra. Leila da Costa Vilela Magalhães, Ouvidora substituta, e a todos os membros do Colegiado, pelo apoio de sempre. 2) **Dr. Pedro Evandro de Vicente Rufato**, Presidente da ATMP: (i) as ouvidorias públicas foram pensadas inicialmente nos países nórdicos, onde se têm atualmente os menores índices de corrupção e a melhor qualidade de vida; já no Brasil surgiram com maior destaque a partir da Constituição de 1988; (ii) a Ouvidoria do MPTO não deve ser vista apenas como órgão receptor de denúncias, mas como destinatária de sugestões e reclamações acerca do funcionamento do Ministério Público como um todo; (iii) é um órgão recente na Instituição, que tem ganhado força ao longo dos anos, sendo muito bem conduzido atualmente pelo Dr. Marcos Luciano Bignotti; e (iv) parabenizou o empossado pela recondução e enalteceu sua visão sobre o papel das ouvidorias, desejando-lhe sucesso nesse novo mandato. 3) **Dr. Marco Antonio Alves Bezerra**, em nome do Colegiado: (i) a Ouvidoria constitui a “porta de entrada” informal de um observatório social, a população, sendo o receptáculo de reclamações, notícias diversas, sugestões, elogios e respectivas avaliações; (ii) o atual Corregedor Nacional do Ministério Público, Dr. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto, em sua gestão à frente da Ouvidoria Nacional, deu grande impulsionamento às Ouvidorias dos MP’s estaduais e federal; (iii) na década de 90 muito se falava da figura do “ombudsman”, palavra sueca que significa representante do cidadão, que ao longo do tempo foi substituída, em âmbito ministerial, pelo ouvidor; (iv) é através da Ouvidoria que se tem a iniciação das demandas das políticas públicas, conforme se verifica das análises de inquéritos civis no Conselho Superior do Ministério Público; (v) grande parte do trabalho da Corregedoria-Geral do Ministério Público também tem origem na Ouvidoria; (vi) o órgão ganhou muita força no período da pandemia de Covid-19, por vezes substituindo o atendimento ao público feito pelo Promotor de Justiça, também em face do teletrabalho e da residência fora da comarca; e (vii) o Colégio de Procuradores de Justiça, portanto, confia ao empossado mais um mandato, em continuidade à excelente gestão realizada com denodo e dedicação. E 4) **Dr. Luciano Cesar Casaroti**, Presidente do CPJ: (i) parabenizou o Dr. Marcos Luciano Bignotti pelo primeiro mandato de muito sucesso à frente da Ouvidoria, sobretudo pelas iniciativas visando a ampliação do acesso do cidadão ao Ministério Público; (ii) destacou que a Ouvidoria não é o único, mas o principal canal de comunicação da Instituição com a sociedade; (iii) ressaltou que por vezes o cidadão mais humilde, com receio de se identificar para apresentar alguma denúncia, tem a possibilidade de fazê-la de forma

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

anônima; (iv) na etapa de Palmas do projeto “Integrar – Gestão Participativa e Resolutiva”, enfatizou aos servidores das Promotorias de Justiça a importância do bom atendimento e da boa imagem institucional perante os órgãos externos e a sociedade; e (v) não tem notícia de qualquer reclamação quanto ao atendimento da Ouvidoria, de modo que parabeniza o empossado, desejando-lhe mais sucesso ainda nesse novo mandato. Nada mais havendo, a sessão foi encerrada às quatorze horas e quarenta minutos (14h40), do que, para constar, eu, _____, Vera Nilva Álvares Rocha Lira, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida, aprovada e assinada, será encaminhada para publicação. A gravação da presente sessão pode ser acessada, na íntegra, no seguinte endereço eletrônico: www.youtube.com/c/CESAFMPTO.

Luciano Cesar Casaroti

Leila da Costa Vilela Magalhães

Vera Nilva Álvares Rocha Lira

João Rodrigues Filho

José Demóstenes de Abreu

Ricardo Vicente da Silva

Marco Antonio Alves Bezerra

Jacqueline Borges Silva Tomaz

Ana Paula Reigota Ferreira Catini

Maria Cotinha Bezerra Pereira

Moacir Camargo de Oliveira

Marcos Luciano Bignotti

Miguel Batista de Siqueira Filho